



A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais

Maria Josefina Gabriel Sant'Anna*

Resumo - A cidade ocidental moderna tem sido pensada no âmbito das Ciências Sociais sob distintas matrizes teóricas, com diferentes graus de abstração e de generalização. Busca-se aqui formular um breve panorama de algumas das diversas concepções que marcam o pensamento sobre a cidade, com destaque para os pensadores clássicos da Sociologia – Marx, Weber e Durkheim –, para a Escola de Chicago, bem como para a sociologia urbana francesa.

Palavras-chaves: cidade; urbano; industrialização; urbanização.

A cidade segundo os clássicos: Marx, Weber, Durkheim

Para Marx e Engels, a cidade ocidental moderna constitui o local da produção e reprodução do capital, produto da sociedade capitalista, e, portanto, parte integrante de processos sociais mais amplos. A reflexão dos autores incide, dessa forma, sobre uma cidade específica – a cidade industrial moderna, já que, para eles, “a história de qualquer sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (*Manifesto Comunista*/1848). Deriva daí a concepção do papel histórico e estratégico que eles imputam à cidade industrial no século XIX, como *locus* da luta de classes. Berço da burguesia e de sua ascensão revolucionária, a cidade é também o espaço onde se

evidencia a exploração à qual os trabalhadores estão submetidos e onde, dialeticamente, tal exploração será superada, pela revolução operária. A cidade capitalista, nessa perspectiva, tem concretude histórica.

As grandes cidades industriais expressam também a miséria e a degradação da classe operária, denunciadas com contundência por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, idéia retomada posteriormente por Marx em *O Capital*, de 1867. Após observar Manchester por vinte meses, Engels afirma, em relação à moradia e às famílias operárias: “nas habitações operárias de Manchester não há limpeza nem con-

* Professora do IFCH/PPCIS/UERJ. E-mail: mase@uerj.br.

forto, e, portanto, não há vida familiar possível; só uma raça desumanizada, degradada, rebaixada a um nível bestial, tanto do ponto de vista intelectual quanto moral, fisicamente mórbida poderia sentir-se à vontade e sentir-se em casa” (1985, p.79).

Ao conceber a cidade capitalista a partir de sua concretude histórica, Marx e Engels afastam-se e mesmo se opõem à ótica de Weber, outro pensador clássico das Ciências Sociais, que concebe a cidade como *tipo-ideal*, demarcando um outro campo teórico.

A análise de Weber sobre a cidade é muito ampla, pois visa explicar a origem e o desenvolvimento do capitalismo moderno e a racionalidade que o atravessa em todas as esferas. Interessa ao autor identificar o papel que a cidade desempenha na emergência desses processos.

Na sua forma típica ideal, a cidade caracteriza-se por constituir-se como mercado e possuir autonomia política. Exatamente porque reflete sobre a cidade típica ideal (um modelo, uma abstração), Weber encontra, pelas evidências históricas empíricas, diferentes tipos de cidades com graus distintos de aproximação ao tipo ideal. Chama a todas de cidade, pois se enquadram no conceito. Em detalhado e minucioso inventário, trabalha as especificidades de cada uma delas e as compara. A cidade medieval ocidental é a que mais se aproxima do tipo ideal.

A reflexão mais sistemática sobre a cidade está no texto “The City” (1922), posteriormen-

te incorporado em *Economia e Sociedade* com o título de “A dominação não-legítima (tipologia de cidades)”. Neste texto, Weber reúne uma série de estudos sobre a Antiguidade, a ética protestante, o espírito do capitalismo e a moral econômica das grandes religiões. É indispensável reter o registro desse conjunto de idéias, alerta Bruhns (1988), para não se enganar a respeito das intenções de Weber. Trata-se de uma pesquisa sobre a política econômica urbana, tal como ela se desenvolveu na cidade medieval, para se compreender o papel da cidade no capitalismo moderno: “decisivamente, o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do direito racional. A tudo isso se deve adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia” (Weber, 1968, p.310).

Para Marx e Weber, consideradas as profundas distinções das concepções que os orientavam, a cidade é parte de uma totalidade; esta, sim, objeto legítimo de análise. Concebida como uma categoria histórica, é expressão de uma realidade mais abrangente, não tendo, portanto, o atributo de variável explicativa.

Durkheim (1971), por sua vez, vai-se interessar pela cidade de uma forma mais indireta, devido à atenção que concede à morfologia social. O autor toma como referência para a análise da sociedade a disposição, em determinado território, de uma massa de população de certo volume e densida-



de, concentrada nas cidades ou dispersa nos campos, que, servida por variadas vias de comunicação, estabelece diferentes tipos de contato. É, então, no contexto da anatomia da sociedade, em seus aspectos marcadamente estruturais, que a cidade surge como substrato da vida social, acumulando e concentrando parcelas significativas da população.

Com esse breve panorama das concepções que marcam o pensamento dos clássicos sobre a cidade, é possível reafirmar a presença de marcos teóricos distintos embasando esses estudos. Os preceitos teóricos e o alto grau de abstração e de generalidade presentes no pensamento desses autores clássicos da Sociologia opõem-se à abordagem largamente empiricista que marca a Escola de Chicago.

A Escola de Chicago: o nascimento da Ecologia Urbana

A Escola de Chicago inaugura um tipo de reflexão, até então inédita, que tem a cidade como objeto privilegiado de investigação; “a cidade como laboratório social” tem como referência a própria Chicago dos anos de 1920.

O empirismo que envolve a abordagem da Escola de Chicago resulta do intuito de buscar soluções concretas para uma cidade caótica, marcada por intenso processo de industrialização e de urbanização, na virada do século XIX para o XX. Cidade industrial por excelência, Chicago torna-se nessa época a mais importante dos Estados Unidos. O crescimento

demográfico espantoso (as famosas cifras atestam), o imenso contingente imigratório, os guetos de diferentes nacionalidades geradores de segregação urbana, a concentração populacional excessiva e as condições de vida e de infra-estrutura precaríssimas favorecem a formulação pela Escola da idéia da *cidade como problema*, dificultando a transcendência de tal realidade imediata e a articulação de um pensamento com maior grau de abstração sobre o tema.

A especificidade da abordagem ecológica estaria no fato de tratar a cidade isoladamente, o que em si não constituiria um mérito. Pelo contrário, essa visão marca o início de um estudo mais sistemático sobre a cidade, ao menos tradicionalmente, fornecendo a base teórica para a constituição da Sociologia Urbana.

A validade dessa reverência é discutível, por exemplo, para Castells: tal sociologia, marcada por tais origens, que advoga a idéia da existência de um urbano *per se*, que tem na cidade a própria variável explicativa, não é uma ciência, mas, sim, uma ideologia (Castells, 1977). Essa crítica, mesmo procedente, não invalida a importância da abordagem ecológica na construção de um conhecimento específico sobre a cidade. As duas vertentes da Escola – ecólogos e culturalistas – orientam-se pelos conceitos da ecologia humana, elaborados por Robert Park (1987). A cidade é concebida como uma entidade físico-territorial empiricamente constituída e delimi-

tada no espaço por critérios geográficos, demográficos, numéricos e político-administrativos. Park identifica, no interior de uma comunidade urbana, um sistema de forças que tende a produzir um grupamento ordenado e característico de sua população e de suas instituições (Grafmeyer; Joseph, 1979).

Segundo Wirth, outro autor de destaque da Escola de Chicago, ligado à vertente culturalista, a cidade fabrica um produto bem característico: *a cultura urbana*, expressa na formulação do *urbanismo como modo de vida*, que, por sua vez, transcende os limites espaciais. Esta idéia é totalmente inovadora, uma vez que afirma que a cidade atua e se desdobra para além dos limites físicos, pela propagação do estilo de vida urbano, e se torna o *locus* do surgimento do *urbanismo como modo de vida*. Descaracteriza-se, assim, a importância da delimitação física da cidade, presente em outros estudos dos autores da Escola, e destaca-se a capacidade de a cidade moldar o caráter da vida social à forma especificamente urbana.

Uma das mais incisivas críticas de Castells (1977) a Wirth objetiva exatamente mostrar que a cidade não produz a própria cultura; não há uma *cultura da cidade*, mas, sim, uma cultura da sociedade capitalista.

A sociologia francesa: o urbano capitalista

No final da década de 1960, a cidade será discutida por uma ótica crítica à Escola de

Chicago, demarcando uma ruptura teórica com essa “sociologia urbana”, principalmente a partir da França. Para os sociólogos franceses (bem como para os norte-americanos fundadores da *new urban sociology*, C. Wright Mills e Floyd Hunter), a cidade deveria ser compreendida como espaço socialmente produzido, assumindo diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político. Ganha importância a interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder que se manifestam no ambiente urbano (Valladares; Freire-Medeiros, 2001).

Vários teóricos franceses – entre eles Castells, Lojkine, Ledrut e Lefèbvre – propõem outros marcos para a renovação da reflexão sobre a cidade, por meio de uma produção de inspiração marxista, o que expressa o descontentamento desses estudiosos com a idéia defendida pela Escola de Chicago, de que haveria um urbano *per se*, a partir do qual seria possível explicar toda uma série de fenômenos sociais.

Na medida em que, conforme se disse, a cidade passa a ser pensada pela interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder, configura-se um novo enfoque relativo à cidade que *politiza a questão urbana* e surgem novas questões de investigação: os movimentos sociais urbanos, os meios de consumo coletivo, a estruturação social do território na sociedade capitalista e o papel do Estado na urbanização (Gonçalves, 1989).



Castells (1977), que elabora a crítica mais contundente e sistemática à Escola de Chicago, argumenta que a abordagem ecológica não teria fornecido nem objeto próprio nem conhecimento específico à sociologia urbana, mas teria refletido sobre uma sociologia da integração ou da cultura. As teorias que concebem a cidade como variável determinante da cultura são, para o autor, *teses ideológicas sobre a sociedade urbana*. Podem ser tanto de *direita*, como a expressa por Wirth, quanto de *esquerda*, como a de Lefèbvre, na qual uma forma – a sociedade urbana – é definida por um conteúdo que é o reino da liberdade e do novo urbanismo. O urbano é concebido como cotidianidade, que se torna o eixo do desenvolvimento social e da conclusão cultural da história (Castells, 1977).

Ambas as teorias – de *direita* e de *esquerda* – têm por base a idéia de que o espaço determina o comportamento; ambas são ideologias, diz Castells, e embora contribuam com grandes achados do ponto de vista empírico, as articulações teóricas são fracas, porque todas contêm um pecado original: desembocam no lugar do espaço na estrutura social. Para Castells, esse lugar está associado à reprodução, ao consumo coletivo. Conseqüentemente, o espaço não é uma página em branco, ele é determinado pela reprodução; o espaço não existe em si, ele é socialmente determinado.

Para Castells, a sociologia urbana mereceria um novo ponto de partida: a criação de um novo campo teórico, que seria a análise soci-

ológica da produção do espaço, que resultaria numa “sociologia do planejamento urbano”; solução discutível, segundo Gonçalves (1989, p.70).

Os trabalhos de Castells, de certo modo, lideraram um movimento de retomada da questão urbana numa perspectiva crítica ao capitalismo. Emerge uma produção voltada para a pesquisa sobre a especificidade do desenvolvimento urbano sob o capitalismo, no quadro do capitalismo monopolista de Estado que caracteriza as nações de industrialização avançada. Conforme se disse, a partir desse enfoque politiza-se a questão urbana, e novas questões brotam dessa discussão.

Nesse movimento, destacam-se, entre outras, a contribuição de Lojkine (1983), que discute a questão do Estado na sociedade de capitalismo avançado. A hipótese é a de que a urbanização, como uma forma desenvolvida da divisão social do trabalho, representa um dos maiores determinantes do Estado, tal como ele se apresenta. Lojkine, diz Gonçalves (1989), analisa o papel do Estado na urbanização capitalista, a relação da política urbana e suas dimensões com a luta de classes e a questão dos movimentos sociais urbanos diante do Estado

Castells e Lojkine, embora por caminhos diferentes, partilham da concepção de que o desenvolvimento urbano no capitalismo tem uma especificidade determinada pelos mecanismos sociais que vão se criando, tendo em vista a articulação entre o Estado e o processo

de acumulação, o que engendra desigualdades (não apenas sociais, mas também na estruturação social do território) e contradições, além da emergência de movimentos sociais urbanos. Em resumo, o desenvolvimento urbano resulta do avanço das forças produtivas e do desdobramento de novas necessidades para a realização dos diferentes momentos da produção, considerando a reprodução ampliada do capital e da força de trabalho.

Lefèbvre, outro expoente dessa vertente francesa, traz um novo enfoque sobre a cidade, concebendo-a como o reino da liberdade e do novo urbanismo. Mesmo reverenciado como um dos maiores teóricos do marxismo contemporâneo, Lefèbvre tem as últimas obras criticadas, no campo da discussão urbana, tanto por Castells (1977) quanto por Ledrut (1976). Argumentam que o autor expulsa o marxismo do campo das lutas de classe para o da “cultura”, formulando assim uma concepção ideológica do urbano. Pode-se, em defesa de Lefèbvre, dizer que para ele o urbano não representa apenas a transformação, pelo capitalismo, do espaço em uma mercadoria, mas também a arena potencial do cotidiano vivido como jogo, como festa (Lefèbvre, 1970). Em entrevista publicada originalmente em *Villes en Parallèle 7* (1983), ele declara que considera simplista “a concepção que coloca, de um lado, a empresa e a produção e, de outro, a cidade e o consumo”, o que não permite desvendar a verdadeira dimensão do

espaço (1990, p.61-69), numa clara alusão à crítica de Castells.

Pela ótica desses pensadores franceses, incorpora-se à discussão relativa à cidade a noção de processo social econômico e político e se subordina a análise do urbano às determinações advindas do desenvolvimento capitalista.

Reflexão sobre a cidade no Brasil

A década de 1960 inaugura também a reflexão latino-americana sobre a cidade pelos estudos sobre urbanização e desenvolvimento em “países periféricos”. Aníbal Quijano e José Nun, entre outros, elegem a teoria da marginalidade e da pobreza como principal foco de atenção ao discutir a temática urbana. Esse paradigma, que sempre fornece explicações veladamente funcionalistas à desigualdade socioeconômica, será criticado por estudiosos urbanos brasileiros. (Valladares; Freire-Medeiros, 2001).

No Brasil, podem-se identificar alguns esforços isolados de pesquisa sobre pequenas comunidades urbanas desde fins dos anos 1940 (inspirados, sobretudo, por antropólogos americanos como Donald Pierson e Charles Wagley). Estudos mais sistemáticos começam a aparecer no final da década de 1960, tendo como marco o trabalho de J. B. Lopes – intitulado *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urba-*



no-industrial no Brasil –, que, segundo Valladares e Freire-Medeiros (2001), caracteriza a primeira grande tentativa de reflexão sociológica sobre a relação entre desenvolvimento industrial, falência do modelo patrimonial e urbanização.

O trabalho de Lopes e os estudos latino-americanos motivaram os sociólogos brasileiros da década de 1960, que, entretanto, rejeitaram criticamente o paradigma da marginalidade. Pesquisas pioneiras, como as de Francisco de Oliveira, Paul Singer, Maria Célia Paoli, Manoel Tostes Berlink, demonstram que a marginalidade que se descortina nas cidades brasileiras resulta não de um problema de integração social, mas de uma questão estrutural: a preservação da pobreza ocorre através de mecanismos institucionais que nada têm de “marginais” ao sistema. Instala-se, então, uma ruptura com as concepções anteriores sobre migração e marginalidade e se traz à tona o papel desempenhado por formas não-capitalistas de produção na acumulação do capital (Valladares; Freire Medeiros, 2001).

Como resultado, nas pesquisas que se voltam para o estudo das cidades brasileiras, as noções de “espoliação urbana” (Kowarick, 1979) e de “periferização” orientam um outro enfoque de discussão. Ganha destaque a *dimensão política da urbanização* e proliferam os estudos sobre a dupla espoliação sofrida pelas classes populares: como força de trabalho subjugada pelo capital e como ci-

dadãos submetidos à lógica da expansão metropolitana que lhes negava o acesso aos bens de consumo coletivos (Valladares; Freire-Medeiros, 2001).

Considerações Finais

Quanto à influência dos pensadores clássicos da Sociologia nos estudos urbanos brasileiros, foi o pensamento de Marx que influenciou de forma marcante a produção sobre a cidade, quer por meio da sociologia urbana francesa, quer na visão crítica da teoria da marginalidade.

No que se refere à Escola de Chicago, sabe-se que ela exerceu grande influência sobre os estudiosos brasileiros. A herança foi marcante, seja fundando, curiosamente, os estudos de comunidade próprios da Sociologia Rural, que têm na obra de Antonio Candido, *Parceiros do Rio Bonito* (de 1964), o exemplo emblemático, seja na Antropologia Urbana, que até hoje utiliza métodos e alguns conceitos da Escola de Chicago, como por exemplo, a noção de “zona moral” de Park.

Por outro lado, os preceitos da sociologia urbana francesa marcaram os anos de 1980 como pano de fundo teórico e como início dos estudos sobre as contradições urbanas, sobretudo a grande novidade temática da década: os movimentos sociais urbanos.

Atualmente, nota-se ainda a influência de paradigmas originários da Europa e dos Estados Unidos sobre as análises voltadas para a

cidade brasileira, contudo, percebe-se o empenho de investigar e de explicar suas particularidades. A temática da globalização, por exemplo, está presente nos estudos sobre as grandes cidades brasileiras. A discussão sobre *dual city*, uma cidade de estrutura social polarizada, em que o espaço dos ricos contrapõe-se ao dos pobres, resultante da globalização das economias urbanas, não deixa de motivar os pesquisadores urbanos, mas há uma preocupação com os limites da aplicabilidade de tal noção. O que se destaca como peculiar à reflexão contemporânea sobre a cidade é que ela se torna cada vez mais ampla e multidisciplinar, incrementando o leque temático da Sociologia Urbana.

Referências Bibliográficas

- BRUHNS, H. Ville et État chez Max Weber. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, Paris, n. 38 jun./juil. 1988.
- CANDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CASTELLS, M. *La question urbaine*. Paris: Maspero, 1977.
- DURKHEIM, E. Sociologia e Ciências Sociais. In: _____. *Ciência Social e a ação*. Lisboa: Bertrand, 1970.
- _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1971.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- GONÇALVES, M. F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de campo de pesquisa. *Espaço e Debate*, n. 28, 1989, p. 67-79,
- GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I. (Org.) *L'École de Chicago*. Paris: Éditions du Champ Urbain, 1979.
- HECKSHER, M. H. *Os homens da Terra*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEDRUT, R. *L' espace en question*. Paris: Anthropos, 1976.
- LEFÈBVRE, H. La vie sociale dans la ville. In: _____. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.
- _____. Conversa com Henri Lefèbvre. *Espaço e Debates*, n.30, São Paulo, 1990.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- LOPES, J. B. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978.
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- PARK, R. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L. C. Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.40, ANPOCS, v.14, , 1999.





- SASSEN, S. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- VALLADARES, L.; FREIRE-MEDEIROS, B. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: o Projeto UrbanData-Brasil. Texto apresentado no Seminário da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, agosto, 2001.
- WEBER, M. A origem do capitalismo moderno. In: *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968, p.310.
- _____. *Economía y sociedad*. Habana: ECS/ Instituto Cubano del Libro, 1971. Tomo I, p.170-204; tomo II, p.695-1046.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar 1987.

Abstract – *The modern city of the west has been interpreted by social sciences according to distinct theoretical molds, with different levels of abstraction and generalization. We try to formulate here a brief view of some of these various conceptions, focusing on the classical thinkers of Sociology – Marx, Durkheim, Weber -, The Chicago School, as well as on the French urban sociology.*

Keywords: *city; urban; industrialization; urbanization.*

Resumen – *La ciudad occidental moderna ha sido pensada en el ámbito de las Ciencias Sociales bajo distintas matrizes teóricas, con distintos grados de abstracción y de generalización. Se busca aquí formular un sencillo panorama de algunas de las diversas concepciones que enmarcan el pensamiento sobre la ciudad, con énfasis en los pensadores clásicos de la sociología - Marx, Durkheim y Weber -, en la Escuela de Chicago, y en la sociología urbana francesa.*

Palabras-clave: *ciudad; urbano; industrialización; urbanización.*
